

Darcy Ribeiro latino-americanista

Vinicius Melleu Cione

Mestrando em História Comparada no PROLAM-USP

Resumo

Este artigo pretende discutir a forma como o professor Darcy Ribeiro tratou a América Latina no decorrer de sua obra sociológica, enfatizando as modificações operadas entre três livros de sua pentalogia de estudos sobre antropologia da civilização — O processo civilizatório, As Américas e a civilização e O dilema da América Latina — em comparação com textos publicados entre os anos 1970 e 1980, organizados em América Latina: a pátria grande. A ideia é examinar criticamente a metodologia empregada pelo autor em cada um dos livros, além de apresentar pontos de continuidade ou deslocamentos interpretativos entre as três primeiras obras e a última. Por fim, será feito um levantamento de suas contribuições teóricas, problematizando alguns conceitos e destacando a perspicácia de outros.

Palavras-chave Darcy Ribeiro – América Latina – Dependência – Socialismo – Colonização.

Submissão

14/02/2023

Aprovação

29/02/2024

Publicação

22/03/2024

Darcy Ribeiro Latin Americanist

Abstract

This article intends to discuss how the professor Darcy Ribeiro understood Latin America in the course of his sociological work, emphasizing the modifications operated between three books of his pentalogy of studies on the anthropology of civilization — The civilizing process, Americas and the civilization and The dilemma of Latin America — in comparison with texts published between the 1970s and 1980s, organized in *América Latina: patria grande*. The intention is to critically examine the methodology employed by the author in each one of the four books, in addition to identify some continuities or the interpretative displacements between the first three works and the last one. Finally, there will be an analysis about his theoretical contributions, problematizing some concepts and highlighting the perspicacity of others.

Keywords Darcy Ribeiro – Latin America – Dependency – Socialism – Colonization.

Darcy Ribeiro latinoamericanista

Resumen

Este artículo pretende discutir el modo como el profesor Darcy Ribeiro trató a América Latina en el curso de su obra sociológica, enfatizando las modificaciones operadas entre tres libros de su pentalogía de estudios sobre la antropología de la civilización — El proceso civilizatorio, Las Américas y la civilización y El dilema de América Latina — en comparación con textos publicados entre las décadas de 1970 y 1980, organizados en *América Latina: la patria grande*. La idea es examinar críticamente la metodología empleada por el autor en cada uno de los libros analizados, además de presentar puntos de continuidad o desplazamientos interpretativos entre las tres primeras obras y la última. Finalmente, se hará un repaso de sus aportes teóricos, problematizando algunos conceptos y destacando la perspicacia de otros.

Palabras clave Darcy Ribeiro – América Latina – Dependencia – Socialismo – Colonización.

Introdução

Darcy Ribeiro (1922-1997) foi etnólogo, educador, romancista, sociólogo e político. Essas foram as “muitas peles” que usou numa vida marcada pela insubmissão e militância. Definia a si mesmo como socialista e como um “faminto de fazimentos” e temia ser mais recordado por seus empreendimentos do que por suas ideias.¹

O socialismo reformista preconizado pelo autor, ainda que tenha variado em radicalidade ao longo da vida, estava em conformidade com sua avaliação sobre a correlação de forças num país com uma classe dominante tão atrasada como a brasileira: uma revolução viável que passasse por um amplo programa de reformas. Considerava que o único mérito das velhas classes dirigentes locais foi o processo exitoso de unidade nacional e uniformidade étnica, admitindo, porém, ter sido caracterizado pela mais profunda violência e repressão, as quais ainda hoje marcam a atuação de um punhado de privilegiados em torno da manutenção da ordem num país profundamente desigual.

Em seus muitos escritos sociológicos, entre os quais se destacam uma ambiciosa pentalogia de estudos sobre antropologia da civilização e o clássico *O povo brasileiro* — considerado até a sexta obra que completaria e atualizaria as anteriores, publicadas entre 1968 e 1972 —, o teórico-militante nunca escondeu seu rechaço ao objetivismo cientificista e ao virtuosismo metodológico acadêmicos. Tal “indisciplina” era ostentada com orgulho por um autor que, fazendo parte de uma geração empenhada em compreender e transformar o Brasil, sentia-se responsável pelo destino humano e queria desencadear as imensas potencialidades desse povo novo para a construção de uma nova Roma, tardia e tropical.

A América Latina era também um foco de atenção e de atuação relevante. Depois do golpe de 1964, exilou-se no Uruguai, onde exerceu o cargo de professor de Antropologia, e, posteriormente, no seu segundo exílio, participou das reformas universitárias em diversos países latino-americanos, entre os quais o Chile da UP e o Peru do governo Alvarado. Ao refletir o Brasil em seu *O povo brasileiro*, Ribeiro defende que “nosso destino é nos unificarmos com todos os latino-americanos por nossa oposição comum ao mesmo antagonista, que é a América anglo-saxônica, para

1 RIBEIRO, D. *Confissões*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997. p. 520.

fundarmos, tal como ocorre na comunidade europeia, a Nação Latino-Americana sonhada por Bolívar”.²

O intuito deste trabalho é debater como a América Latina aparece cronologicamente nas diversas obras do autor.

A América Latina em Darcy Ribeiro

Em seu ensaio sobre as futurições em Darcy Ribeiro, Kozel e Da Silva (2022) recorrem a uma análise cronológica de sua obra, alegando que a heterogeneidade existente se deva a uma bricolagem em movimento não apenas no trabalho desse autor em particular, como dos “autores” em geral. Os ensaístas entendem que não existe uma “essencialidade” e que os teóricos são normalmente atravessados por impulsos e disposições contraditórios e mutáveis no decorrer do tempo, além de passarem por diferentes experiências que alteram suas perspectivas.³

O objetivo deste trabalho é discutir como Darcy Ribeiro percebeu a América Latina ao longo dos anos em seus textos sociológicos. Inicialmente, serão apresentados três livros que compõem seus estudos sobre antropologia da civilização — *O processo civilizatório*, *As Américas e a civilização* e *O dilema da América Latina* — e, em seguida, cinco ensaios redigidos entre os anos 1970 e 1980, organizados em *América Latina: a Pátria Grande*, publicado em 1986. Os dois primeiros livros foram concebidos no momento imediatamente posterior ao golpe de 1964, quando Ribeiro estava exilado no Uruguai, e o terceiro título foi idealizado no momento em que se encontrava no Chile da Unidade Popular, notando-se uma radicalidade mais acentuada em razão do momento vivido. Nas três publicações, enfatiza-se a capacidade expressiva do que o autor chamava de “aceleração evolutiva” do caminho socialista revolucionário, o que o tornaria particularmente atraente para os países subdesenvolvidos superarem sua condição de dependência e modernização reflexa (na última parte d’*O dilema da América Latina*, chega-se a fazer um balanço das forças insurgentes no continente para a “revolução necessária”).

Para Kozel e Da Silva, o autor teria experimentado uma mudança no regime de historicidade em meados da década de 1970, ajustando seus pontos de vista de forma gradual e operando alguns deslocamentos, sem abandonar por completo suas perspectivas prévias. O esgotamento das experiências chilena e peruana e a proximidade de Darcy com a morte teria lhe conferido um tom menos otimista, embora sustentasse

2 RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Global, 2022. p. 332.

3 KOZEL, A; DA SILVA, F. P. *Os futuros de Darcy Ribeiro*. São Paulo: Ed. Elefante, 2022.

que a missão da América Latina fosse “refazer” o mundo futuramente. O autor passaria a defender, em seus ensaios, que a mestiçagem latino-americana dotaria o subcontinente das condições necessárias para salvar o Ocidente, muito em consonância com as reflexões de José Vasconcelos em seu *La raza cósmica*. Enquanto o mexicano situava uma tensão entre a latinidade e o saxonismo e celebrava o aparecimento futuro de uma quinta raça não excludente ibero-americana, Darcy passaria a enfatizar esse destino nacional bolivariano da neolatinidade como uma civilização emergente melhor, mais alegre e mais generosa. Não chegaria a abandonar de todo a perspectiva revolucionária, mas avaliaria a impossibilidade imediata de uma revolução socialista em razão da imaturidade das massas e das vanguardas, restringindo a ação aos limites democrático-burgueses.⁴

O Processo Civilizatório

No livro *O processo civilizatório*, publicado em 1968, Darcy Ribeiro elaborou uma nova sistematização sobre o “desenvolvimento humano”, a partir da revisão crítica das teorias de evolução sociocultural vigentes, com o objetivo de entender o processo de formação dos povos americanos e as causas de seu desenvolvimento desigual. Ele entendia tal evolução de forma multilinear e não a identificava necessariamente com a ideia de “progresso”, e sim como uma sucessão de revoluções tecnológicas e “processos civilizatórios” por meio dos quais se deu o movimento histórico de mudança dos modos de ser e viver das sociedades humanas desde que abandonaram a condição de caçadoras e coletoras. É certo, entretanto, que por mais que o autor rechace formalmente o “progresso”, a visão etapista de uma “evolução” humana conceituada a partir de avanços tecnológicos acaba por incorrer numa perspectiva de história projetiva. Além disso, a ideia de tecnologia em Darcy, associada a um desenvolvimento cumulativo de uma técnica produtiva e militar, recai no eurocentrismo de desconsiderar outros paradigmas de sociedade e está, como afirmaria Krenak, “viciada de modernidade”. A respeito da mesma obra, o economista Celso Furtado escreveria numa carta enviada de Paris a 17 de dezembro de 1969 “que exige muita reflexão, tanto para acompanhar seu pensamento como para ocasionalmente defender-se dele”.⁵

Sua tipologia evolutiva geral partia de três pressupostos: o caráter cumulativo do que chamava “progresso tecnológico”; as relações desse desenvolvimento científico-

4 KOZEL, A; DA SILVA, F. P. *Os futuros de Darcy Ribeiro*. São Paulo: Ed. Elefante, 2022.

5 ARQUIVO DARCY RIBEIRO — série Correspondência Geral/subsérie correspondentes Celso Furtado — FUNDAR DF/1969, folha 01 - 4º. parágrafo.

técnico com as formas de organização da sociedade, seja em sua apropriação da natureza, seja em suas relações internas ou com outras sociedades; e a relação entre essas estruturas sociais e a cultura, entendida como patrimônio simbólico dos modos de pensar e saber e que se manifesta material e ideologicamente. Apesar do papel determinante atribuído às inovações tecnológicas, que se dão em resposta a imperativos sociais e biológicos, admitia-se a atuação de outras forças dinâmicas no desenvolvimento progressivo da cultura humana. É importante pontuar também que as sociedades registrariam dois processos simultâneos de autotransformação, um responsável por uma diversificação e outro por uma homogeneização. O primeiro decorre da necessidade adaptativa a diferentes meios externos e particulariza os distintos grupos humanos; o segundo processa-se a partir das respostas limitadas aos mesmos imperativos internos e externos.

Por fim, Ribeiro apresenta dois conceitos fundamentais para a compreensão do desenvolvimento desigual: as ideias de aceleração evolutiva e atualização histórica. Enquanto a primeira designa processos de desenvolvimento autônomos, com a renovação de sistemas produtivos e mudanças em instituições que ocorrem por injunções internas, a segunda postula os processos por meio dos quais os povos atrasados da história são engajados à força em sistemas tecnologicamente mais desenvolvidos, o que implica perda da autodeterminação e “deculturação” — conceito discutível, uma vez que parte do pressuposto de uma cultura estagnada e “tradicional”, como se verá mais adiante, que supostamente se perderia por completo em detrimento de outra —, podendo chegar, até mesmo, à destruição de sua entidade étnica. A aceleração evolutiva está relacionada, portanto, a uma revolução tecnológica constituída com base na própria criatividade da sociedade em questão ou à adoção de inovações alcançadas por outros povos, ou a uma combinação de ambos, permitindo ao grupo que a desenvolveu uma expansão como macro-etnia assimiladora de outros povos. Há casos também de uma reconstrução do próprio *ethos* de uma sociedade antes dependente por meio de uma emancipação política e recuperação de sua autonomia ou revoluções sociais que reordenam uma sociedade em nome dos interesses de camadas subalternas. A atualização histórica, por sua vez, retrata tanto situações de caráter regressivo, do ponto de vista das comunidades avassaladas, como conteúdos progressistas, já que povos “atrasados” seriam incorporados a sistemas socioeconômicos mais “avançados”, embora o façam sob a forma de uma modernização reflexa. Ribeiro trabalha ainda com os conceitos de estagnação cultural e regressão histórica. No primeiro caso, tratam-se de grupos que permanecem idênticos a si mesmos sem experimentar mudanças significativas em seus modos de vida no decorrer de longos

espaços de tempo, enquanto outros se desenvolvem, o que se deve tanto à presença de elementos dissuasores do progresso, quanto pela carência de fatores dinâmicos (nota-se aqui o diálogo do Darcy com o positivismo). No segundo caso, o retrocesso pode ser causado por diversos fatores, como o impacto de uma sociedade mais “avançada” sobre povos que conseguiram recuar e sobreviver, mas não puderam preservar seus antigos sistemas de vida sob as novas condições (o exemplo utilizado aqui é o de diversos povos americanos no momento em que se produziu o avanço europeu sobre seus territórios) ou como resultado de um trauma interno no qual há insurreições de grupos subalternos contra uma ordem social já carcomida, mas sem que se consiga implementar uma estrutura nova dinâmica (um dos exemplos é a revolução no Haiti).

Como se vê, entendemos a evolução sociocultural como uma série genética de etapas evolutivas expressas numa sequência de formações socioculturais geradas pela atuação de sucessivas revoluções culturais e respectivos processos civilizatórios; mas, também, como um movimento dialético de progressões e de regressões culturais, de atualizações históricas e de acelerações evolutivas. [...] Dentro desta concepção, cada revolução tecnológica, ao agir sobre um novo contexto, não repete, em relação às sociedades nele existentes, a história daquelas em que ocorreu originalmente.⁶

Não é intenção deste trabalho caracterizar cada uma das revoluções tecnológicas, que, segundo o autor, desencadearam alterações quantitativas e qualitativas nas sociedades dentro de um *continuum* evolutivo sociocultural, tampouco esmiuçar os correspondentes processos civilizatórios que se sucederam em etapas a partir daquelas transformações técnicas. Da obra em questão, é importante pontuar a caracterização dos Impérios Mercantis Salvacionistas e, principalmente, de suas Colonizações Escravistas, surgidos a partir da Revolução Mercantil, e do Neocolonialismo e imperialismo, além de alguns elementos da Expansão do Socialismo, ligados à Revolução Industrial.

Darcy Ribeiro discute que a Revolução Mercantil esteve fortemente relacionada com as tecnologias de navegação oceânica, uma nova metalurgia e o aperfeiçoamento das armas de fogo, com destaque também a inovações na geração de energia e ao advento da imprensa. Tal transformação técnica permitiria uma ruptura real com o feudalismo, tido como um caso de regressão histórica, e possibilitaria o desenvolvimento das primeiras civilizações mundiais.

Os Impérios Mercantis Salvacionistas surgiram entre os séculos XV e XVI em áreas marginais do continente europeu e tiraram seu ímpeto expansionista das energias

6 RIBEIRO, D. *O processo civilizatório — etapas da evolução sociocultural*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1975. p. 50-51.

mobilizadas no combate contra os Impérios Despóticos Salvacionistas. A associação operada entre Estado e Igreja católica, no processo de Reconquista e num contexto de Contrarreforma, fez com que se estabelecesse uma estrutura de poder aristocrático-clerical e uma ideologia cruzadista tardia, levando, internamente, a uma maior perseguição a judeus e muçulmanos e ao confisco de seus bens. Isso desarticulou os setores intermédios de comércio, agricultura e manufatura, contribuiu para o fortalecimento de uma burocracia cartorial que se postou acima do empresariado burguês-capitalista e refreou o processo de Revolução Industrial nesses países. Por vezes, quando a autoridade imperial se via suplantada pela nobreza latifundiária e pelo clero, esses impérios chegavam a submergir em regressões feudais.

Os Impérios coloniais ibero-americanos foram estruturados pela via da atualização histórica. As colônias escravistas eram uma parte complementar dessa totalidade econômica Mercantil Salvacionista e suas populações atuavam como “proletariados externos”. Os locais foram dominados por meio da erradicação da antiga classe dominante local, a concessão de grandes lotes de terra aos conquistadores, a adoção da escravização e o estabelecimento de patriciados burocráticos. Nas áreas dos antigos impérios teocráticos de regadio, a escravização dos indígenas por meio da *mita* e da *encomienda*, revestida de argumentos cristãos, levou a uma depopulação expressiva nos territórios em questão e à perda de saberes eruditos. Em outras regiões, os grupos locais foram escravizados e, com o seu desgaste, grandes contingentes de africanos foram trazidos para as plantations e minas. Para Ribeiro, “este foi o maior movimento de atualização histórica de povos jamais levado a efeito, mediante a destruição e deculturação de milhões de índios e negros e seu engajamento em novos sistemas econômicos, na qualidade de camadas subalternas”.⁷ O autor entende que a uniformidade linguística e cultural ora constatada no continente revela o grau do poder aculturador ibérico e, portanto, das condições superopressivas de incorporação dos neo-americanos às macro-etnias hispânica e lusitana.

A Revolução Industrial, por sua vez, operaria uma remodelação dos povos com impactos comparáveis à Revolução Agrícola: todas as sociedades teriam sua estratificação social e estruturas de poder profundamente alteradas. Para Darcy, esse processo lançou as bases para uma futura civilização humana a ser finalmente unificada. As altas taxas de produtividade conferiram ao sistema capitalista um extraordinário poder de atualização histórica e permitiram sua internacionalização. A expansão tecnológica nesse caso, porém, não se deu, como antes, pela simples difusão de conhecimentos, mas operou uma profunda reordenação dos povos, situando os

7 RIBEIRO, D. *O processo civilizatório — etapas da evolução sociocultural*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1975. p. 138.

pioneiros do processo numa posição de domínio e os demais na condição de países dependentes e explorados. As novas formações socioculturais geradas tiveram como classe dirigente a burguesia urbana, que enriquecera por meio do saque colonial, da exploração escravista e da monetarização das economias.

A bibliografia utilizada por Darcy Ribeiro para a caracterização do Neocolonialismo concentra-se mais em referências sobre a realidade africana, embora pontue que “também neste campo, o conhecimento direto dos problemas de desenvolvimento da América Latina nos foi de especial valia”.⁸ Cabe aqui, então, só uma sistematização mais geral e não tão esmiuçada como no caso das Colonizações Escravistas mencionadas.

Ainda que formas mais despóticas de subjugação colonial, como a escravidão, tenham sido superadas no capitalismo, os vínculos econômicos de domínio e subalternidade não só permaneceram como foram aprofundados. Trata-se de uma formação sociocultural bipartida constituída de dois complexos contrapostos, mas complementares: um superior, composto por alguns poucos centros imperialistas, e outro inferior, formado por movimentos de atualização histórica que desencadeiam uma nova forma de dependência. As populações das áreas neocoloniais se dividem, nesse novo sistema produtivo, entre classes dominantes que atuam como estamentos gerenciais de interesses estrangeiros e uma massa da população que desempenha o papel de “proletariado externo” ligado à produção de matérias-primas. Dessa forma, o mesmo processo que multiplica fábricas nos países centrais alarga as áreas voltadas para plantação, pastoreio e extrativismo florestal e mineral nas zonas periféricas. Ele enfatiza que o subdesenvolvimento não representa um atraso diante do progresso, tampouco uma crise no crescimento, mas a formação de sociedades com modernização reflexa que não chegam a estruturar uma economia autofecundante, que explore as próprias potencialidades de desenvolvimento, porque atua como parte complementar num sistema interativo. As tensões entre as massas que integram esse mundo subdesenvolvido e os centros imperialistas figuram como uma oposição cada vez mais aguda na atualidade, principalmente com a generalização das aspirações de consumo e conscientização da incapacidade de desenvolvimento autônomo.

Ao debater a expansão do socialismo, Darcy Ribeiro apresenta três ordens de tensões que conduziram à reestruturação social: o Socialismo Evolutivo, que teria sua expressão mais acabada nos países escandinavos, embora também esteja presente nos Estados de Bem-Estar social da Europa Ocidental; o Socialismo Revolucionário, iniciado na URSS e caracterizado por “regimes autoritários” que, por meio de um

8 RIBEIRO, D. *O processo civilizatório — etapas da evolução sociocultural*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1975. p. 231.

planejamento global, foi altamente capaz de desenvolver uma industrialização acelerada; e o Nacionalismo Modernizador, de inspiração socialista e fundado num reformismo anti-oligárquico, anti-imperialista e nacionalista, propenso à reforma agrária e ao intervencionismo estatal, mas preservando o lucro como princípio ordenador da economia. Darcy Ribeiro identifica Cuba como um país Socialista Revolucionário e o México de Cárdenas como um caso de Nacionalismo Modernizador.

As Américas e a Civilização

No livro *As Américas e a civilização*, publicado em 1969, Ribeiro desenvolveu uma tipologia histórico-cultural que reuniu os povos americanos em três categorias gerais: *Povos Novos*, *Povos-Testemunho* e *Povos Transplantados*.⁹ Tal tipologia, já adiantada n' *O processo civilizatório*, é bem esmiuçada neste trabalho voltado a compreender o desenvolvimento desigual das sociedades americanas a partir de um prisma antropológico.

Depois de rechaçar esquemas interpretativos da sociologia e antropologia acadêmicas, meramente descritivos ou classificatórios e, por vezes, dualistas, e do marxismo dogmático, etapista e mecânico, Ribeiro propõe uma antropologia dialética, de inspiração marxista, para a compreensão do desenvolvimento desigual. Aqui, apresenta três linhas de análise a serem lidas de maneira combinada: uma de caráter socioeconômico, que identificaria fatores que atuam na vida social como causais ou condicionantes; outra de caráter histórico-cultural, para reconstituir as sequências de acontecimentos que levaram os povos ditos “modernos” a serem como são; e outra ainda de caráter conjuntural, de forma a conhecer as situações de interação entre as sociedades desenvolvidas e subdesenvolvidas.

Na sequência, o autor retoma os conceitos de “aceleração evolutiva” e “atualização histórica” e volta sua caracterização do Neocolonialismo para a realidade latino-americana em específico. Inicialmente, propõe que a ruptura com a condição dependente só pode se processar ao longo de um processo de reconstituição étnica, conflitos para emancipação da etnia parasitária e proscrição dos agentes internos dominantes responsáveis pela manutenção do sistema, surgindo, a partir de então, uma etnia traumatizada pelo choque. As crises econômicas são entendidas como oportunidades propícias para a tentativa de tal rompimento, porque enfraquecem o centro dominador e levam-no a formas mais despóticas de espoliação, o que acabaria

⁹ Cabe registrar uma quarta categoria elaborada pelo autor, os *Povos Emergentes*, mas que não será tão explorada aqui pelo fato de ser mais aplicável às realidades africana e asiática de ascensão da condição tribal à nacional.

por intensificar a tensão. Porém, quando essas crises coincidem com a emergência de um novo processo civilizatório, no qual se alçam outros centros político-econômicos, ocorre o risco de a ruptura não passar de uma transferência de um centro a outro, entendendo aqui os processos de independência política na América Latina no contexto da Revolução Industrial como um caso exemplar. A nova atualização histórica implicou mudanças nas instituições sociopolíticas e nos sistemas produtivos latino-americanos, mas se mantiveram as condições de povos subalternos e culturas espúrias (com sujeitos mais propensos à alienação cultural).

Os países latino-americanos são interpretados, portanto, como estruturas “atualizadas”.

O subdesenvolvimento é, na verdade, o resultado de processos de atualização histórica só explicáveis pela dominação externa e pelo caráter constritor das classes dominantes internas, que deformam o próprio processo de renovação, transformando-o de uma crise evolutiva num trauma paralisador.¹⁰

Entretanto, é importante pontuar que o período independentista operou uma mudança significativa na estrutura tradicional das sociedades analisadas, uma vez que deixaram de ser atrasadas e passaram a ser subdesenvolvidas. Ribeiro registra que o primeiro caso é marcado por uma relativa conformidade e pela resignação com a condição de pobreza por parte dos estratos subalternos ao passo que, no contexto de subdesenvolvimento em vigor desde o período bolivariano, há uma tomada de consciência sobre a miserabilidade como condição sanável e os despossuídos apossam-se de um espírito de rebelião.

Darcy Ribeiro dedica-se então a discutir a expansão europeia e, em seguida, aborda os impactos da colonização nos povos subjugados. Aqui, coloca que o rompimento com a alienação entre os povos americanos passou pela consciência e orgulho da mestiçagem e prognostica uma revolução em marcha: “revolução que devolverá, um dia, aos povos da América morena o ímpeto criador perdido há séculos por suas matrizes ibéricas”.¹¹

Enfim, o sociólogo introduz sua tipologia étnico-nacional aplicável aos povos extraeuropeus e que servirá de base para a obra. As categorias apresentadas se fundam em duas premissas: os povos que as compõem foram o resultado da expansão europeia a partir da Revolução Mercantil e da Industrial e esses povos conservaram características

10 RIBEIRO, D. *As Américas e a civilização: estudos de Antropologia da Civilização*. Petrópolis: Vozes, 1979. p. 45.

11 RIBEIRO, D. *As Américas e a civilização: estudos de Antropologia da Civilização*. Petrópolis: Vozes, 1979. p. 87.

peculiares e mesclaram-nas com as de outros povos, mas mantiveram suficiente uniformidade biológica para serem tratados como configurações distintas e explicativas de seus modos de ser. As entidades aqui atuantes são as sociedades e as culturas e, sobretudo, os Estados em que estão divididas e as configurações resultantes são fundadas no paralelismo do processo histórico de formação étnico-nacional dos distintos povos que abarcam, além da uniformidade de suas características e dos problemas de desenvolvimento com os quais se defrontam (fatores que atuam como aceleradores ou retardadores de sua integração aos estilos de vida das sociedades industriais “modernas”).

Examinam-se, inicialmente, os Povos-Testemunho, integrados por sobreviventes de altas civilizações autônomas conquistadas pelos europeus, sofrendo uma transfiguração que se traduziu na conjunção de suas tradições com as europeias e pelos esforços que tiveram de enfrentar como integrantes subalternos da divisão internacional do trabalho. Ribeiro coloca que teriam sido os povos espoliados da história, por contarem com riquezas originalmente que foram saqueadas para fazer a grandeza europeia. São integrados em si mesmos por duas tradições culturais contrapostas — a contribuição europeia de técnicas e conteúdos ideológicos que os tornaram “culturas espúrias” e o antigo acervo cultural e material que, apesar de ser consideravelmente reduzido e traumatizado sobrevive atualmente em costumes, línguas, crenças etc. Tais povos costumam ser bipartidos em um estamento dominante mais europeizado e integrado a estilos modernos de vida, de um lado, e amplas massas pauperizadas, geralmente camponesas, resistentes à modernização, de outro. Na América Latina, seriam compostos pelos mesoamericanos (do México até a Nicarágua) e pelos andinos Bolívia e Peru. Os espanhóis aqui implantaram-se com uma aristocracia que erradicou a antiga classe dominante e camada erudita local e subjugou todas as camadas intermediárias e massa servil por meio da implementação de um robusto instrumental assimilatório e repressivo. Os representantes contemporâneos desses povos enfrentam o desafio de incorporar suas civilizações marginais, ainda muito fieis a sua “identidade étnica” apesar dos séculos de aculturação e opressão, ao novo ente marginal e cultural que emerge nas sociedades industriais modernas. Ribeiro entende, ademais, que suas camadas subjugadas têm uma vívida consciência da continuidade histórica da dominação oligárquica e são muito marcadas por um irredentismo popular pronto a explodir em rebeliões emancipadoras.

Os Povos Novos, por sua vez, são a configuração histórico-cultural mais própria das Américas e surgiram do caldeamento das matrizes étnicas africanas, indígenas e europeias e são assim denominados por constituírem uma entidade étnica distinta de

suas bases fundadoras. Resultante da colonização europeia, trata-se de uma mescla dos povos reunidos na colônia para a abertura de grandes plantações de produtos tropicais e para a exploração mineira numa estrutura extremamente hierarquizada: o branco exercendo papel de chefia, o negro engajado como escravizado e o indígena também escravizado ou tratado como um obstáculo a ser eliminado. O processo seria marcado pela mestiçagem racial e pelo sincretismo cultural, amadurecendo então etnias nacionais novas que aspiravam à condução de seus próprios destinos num verdadeiro choque contra os europeus colonizadores. Não há, entre esses povos, uma nacionalidade multiétnica, já que seus processos de formação foram suficientemente violentos para integrar todas as protocélulas originais em novas unidades homogêneas. A escravidão operou como processo decisivo nessa formação, tanto pela “deculturação” redutora dos patrimônios indígenas e africanos, quanto pela aculturação face ao novo meio. Entre esses povos, estão os brasileiros, os grã-colombianos, os antilhanos, os chilenos e os paraguaios (para o autor, esses dois últimos contrastam dos demais e chegam a configurar uma nova variante em razão da ausência do contingente negro africano). A conformação predominantemente índio-espanhola dos Povos-Testemunho não se verificou aqui porque suas populações indígenas originais não tinham alcançado um *nível* de “desenvolvimento cultural” equiparável aos Impérios Teocráticos de Regadio.

Os Povos Transplantados foram criados pela migração de populações europeias para novos espaços mundiais, onde reconstituíram os modos de vida idênticos a como viviam em seus países de origem. São caracterizados por uma forte homogeneidade cultural, pelo caráter mais igualitário de suas sociedades e por sua “modernidade”. Diferentemente dos Povos Novos ou dos Povos-Testemunho, altamente hierarquizados, a maioria dos Povos Transplantados surgiu como “colônias de povoamento”, enfrentando longos períodos de penúria inicial até que conseguissem viabilizar suas economias, além de viverem em comunidades altamente igualitárias, com princípios democráticos e valores religiosos. Nas Américas, integram esse bloco os Estados Unidos, o Canadá, a Argentina e o Uruguai. Enquanto nos dois primeiros casos, houve um completo massacre contra a população indígena ou seu confinamento em reservas, nos dois últimos houve uma sucessão ecológica planejada pelas oligarquias nacionais de substituição do próprio povo, a população ladina e gaúcha (uma mestiçagem entre os povoadores ibéricos e os grupos indígenas) por europeus brancos e morenos — de Povos Novos tornaram-se Povos Transplantados. De forma geral, esses povos alcançaram *estágios* de desenvolvimento econômico e social mais altos do que os demais países americanos.

Os Povos Emergentes, finalmente, são integrados por populações que ascenderam da condição tribal — Darcy faz uso desse conceito sem quaisquer reservas ou considerações — à nacional e não se verificam na América em razão da extrema violência com a qual se deu a colonização por aqui, pois, apesar do número expressivo de grupos “tribais” existentes no continente, esses foram dizimados, anulados como etnias ou serviram como base para novas nacionalidades. Ribeiro postula que o não reconhecimento dos Estados na América Latina como plurinacionais representa uma condenação das comunidades indígenas existentes à opressão e à marginalidade. Ele vaticina que, diante dos programas de desindianização ainda existentes, as populações indígenas remanescentes se erguerão a partir do ano 2000 para fazerem respeitar seus direitos.

Ribeiro traça então um perfil demográfico de cada um desses povos e identifica o crescimento futuro de uma América morena, fruto da mestiçagem de seus componentes, e aponta a imperatividade dos esforços para a superação do atraso no subcontinente em razão do expressivo crescimento demográfico previsto, a despeito das criticadas tentativas de controle de natalidade de inspiração estadunidense.

Não serão exploradas aqui cada uma das caracterizações propostas pelo autor para os povos e países em questão, apenas é importante pontuar que Darcy Ribeiro apresenta na parte “Civilização e desenvolvimento” que o socialismo revolucionário se configura como a saída mais natural para os países condenados ao “atraso” enquanto prevalecer a dominação imperialista. O autor avalia que tal formação sociocultural permitiu que Estados arcaicos, de economia incipientemente capitalista e estruturação social rígida, alcançassem altos índices de crescimento e se modernizassem, além de alçar grandes contingentes pobres da população à condição de prosperidade. Referindo-se ao subdesenvolvimento latino-americano, Ribeiro conclui:

O enfrentamento e a superação deste enquadramento retrógrado não poderá ser alcançado através da modernização reflexa destas sociedades porque este processo eternizaria a dependência externa e com ele o atraso. Só se pode atingir por meio de uma reestruturação prévia da sociedade, pela via de uma profunda revolução social capaz de erradicar do poder a classe dominante para, deste modo, libertar as energias secularmente contidas de seus povos.¹²

12 RIBEIRO, D. *As Américas e a civilização: estudos de Antropologia da Civilização*. Petrópolis: Vozes, 1979. p. 542.

O Dilema da América Latina

O livro *O dilema da América Latina*, publicado em 1971, contrapõe as Américas Ricas do hemisfério setentrional às Américas Pobres, debatendo as classes sociais e estruturas de poder características das sociedades latino-americanas, assim como as lutas travadas entre as forças que desejam manter suas ordenações sociais desigualitárias e as que querem mudá-las. O dilema da América Latina consiste exatamente na contradição dialética entre a manutenção da hegemonia do estamento gerencial estrangeiro sobre a classe dominante local e a radicalização revolucionária em torno de um projeto socialista autônomo.

Ao debater suas tradicionais categorias de “aceleração evolutiva” e “atualização histórica”, Ribeiro enfatiza que a condição de formação dependente não implica necessariamente baixa tecnologia. Remetendo às reflexões de Gunder Frank, debate que algumas estruturas apresentam grau técnico elevado, embora tal progresso não se generalize para toda população e enfatiza o paradoxo do desenvolvimento capitalista: o dinamismo e a prosperidade da época colonial teriam condicionado a situação presente de miséria.

Ribeiro traz, na sequência, estatísticas sobre as diferenças socioeconômicas entre os países dependentes da América Latina e as potências, destacando que, se continuassem no rumo capitalista em que se encontravam, teriam poucas chances de *atingirem* o progresso alcançado pelos países centrais num curto espaço de tempo, pontuando novamente o socialismo revolucionário como a única via possível para a ruptura com o subdesenvolvimento:

Na verdade, como sua única saída porque, por um lado, só ele atende aos requisitos de ruptura simultânea com a dependência externa e a dominação classista interna indispensável para empreender o desenvolvimento autônomo; e, por outro lado, porque só as formações socialistas-revolucionárias foram capazes, até agora, de adicionar uma aceleração evolutiva a partir de estruturas sociais deformadas pela dependência, em países que contavam com um grande montante populacional, como foi o caso da Rússia e da China.¹³

No momento em que debate a estratificação social, Ribeiro propõe uma tipologia que partisse de Marx, uma vez que se pressupõe uma contradição antagônica entre as classes dominantes e as subordinadas, mas exige que se identifiquem precisamente os componentes de cada estrato social no contexto latino-americano sem uma reprodução

¹³ RIBEIRO, D. *O Dilema da América Latina: estruturas de poder e forças insurgentes*. Petrópolis: Vozes, 1983. p. 61.

pura e simples da sistematização marxista sem um exame da realidade local. Pontua-se a extrema desigualdade e concentração de renda entre os setores minoritários privilegiados e os majoritários pauperizados e é apresentado um diagrama que vai das classes dominantes, setores intermediários, classes subalternas até classes oprimidas. Darcy Ribeiro lembra que a miserabilidade das massas marginalizadas nas economias dependentes deva-se não a um suposto desequilíbrio entre o montante da população e os recursos disponíveis, como uma mentalidade neomalthusiana poderia supor, mas à consolidação de uma estrutura socioeconômica, montada pelas classes dominantes por meio de uma modernização reflexa e dependente, hostil à maioria da população. Os grupos marginalizados sobrevivem com dificuldade e são acometidos pela fome, promiscuidade, violência e vício. Diferentemente das outras três classes sociais que lhes sobrepõem, as classes oprimidas não contam com nenhuma organização em defesa de seus interesses, até pela precariedade de suas condições de trabalho, mas podem se fiar, por vezes, em redes de solidariedade e ajuda mútua. Os massacres de que são vítimas configuram uma forma de genocídio e, quando se manifesta alguma combatividade pessoal, essa se faz pelo banditismo rural ou pelo fanatismo religioso.

Não há perspectivas de integração dessas populações à sociedade nacional, portanto as classes dominantes recorrem à contenção demográfica, temerosas em relação à ameaça de insurgência contra um sistema que condena grandes contingentes populacionais à penúria. A explosão demográfica das classes oprimidas e sua concentração em espaços urbanos podem levar a uma conscientização de sua condição de párias.

Graças à tecnificação da agricultura, a expansão da pecuária (que expulsou antigos grupos humanos dos campos), o crescimento de núcleos urbanos e o ingresso massivo de imigrantes, houve uma quantidade cada vez maior de mão-de-obra que não conseguia ser incorporada às novas funções do sistema. Forjaram-se verdadeiros sistemas produtivos destinados apenas a atender interesses exógenos desde o período colonial até o neocolonial, caracterizado pela convivência da industrialização recolonizadora com o latifúndio.

Ribeiro investiga, então, as classes dominantes do continente. Entende que, desde a crise de 1929, os sistemas políticos tradicionais, baseados no patriciado liberal, encontram-se desestabilizados. A questão é que não se desenvolveram, na América Latina, burguesias dignas do termo com projetos de país autônomos, e sim uma exploração exercida pelo patronato nacional, um estamento gerencial estrangeiro e uma casta patricial-burocrática. O Estado seria dirigido como uma empresa patrimonialista destinada ao usufruto exclusivo de classes dominantes dependentes.

Nos países latino-americanos, estabeleceu-se um patronato tradicional primário-exportador, um parasitário ligado ao tráfico colonial e atividades mercantis e um patriciado civil e militar, classes dominantes arcaicas estruturadas no período colonial e que até tiveram oposições pontuais entre si, mas eram diametralmente contrapostas às classes subalternas. Há uma inaptidão histórica para a renovação por parte dessas sociedades, as quais perpetuaram sua dependência mesmo com a emancipação política formal e foram incapazes de uma abertura liberal-burguesa, limitando-se à contenção repressora dos levantamentos sociais gerados por uma ordem desigualitária.

A classe dominante está hoje bipartida entre um estrato patronal e outro patricial-burocrático. O patronato é conceituado como “todo tipo de grandes proprietários dos meios de produção, que exercem funções de exploração econômica”, caracterizados pela continuidade temporal de sua hegemonia e seu caráter “consular” da economia metropolitana.¹⁴ Ele se divide num patronato tradicional oligárquico, primário-exportador e parasitário-creditício-mercantil, que tende a ser predominante e conta com forte poderio eleitoral, e um moderno dividido em empresarial-privado e contratista, que nunca operou uma ruptura com os setores arcaicos, tampouco com o imperialismo, não podendo, portanto, ser entendido como um agente renovador da estrutura social. Além desses, há o estamento gerencial estrangeiro, que exerce a constrição imperialista, controlando setores econômicos fundamentais e com modalidades de controle político-ideológico. Para Darcy,

a preservação e a ampliação de suas empresas exploradoras de riquezas naturais e apropriadoras do produto do trabalho dos povos latino-americanos torna-se, naturalmente, uma poderosa razão de Estado e, como tal, objeto do desvelo das embaixadas americanas e dos seus serviços de espionagem e sedição. E, por igual, a preocupação dos “cientistas-funcionários” que têm o encargo de demonstrar que o sistema não é apenas inevitável mas também desejável.¹⁵

Sobre as elites dirigentes, Ribeiro recorda que essa estrutura monolítica de poder tende a exacerbar as contradições sociais, levando a que o regime político recorra ao apoio militar para a “manutenção da ordem”. O patriciado latino-americano tem um corpo estatal e outro civil, este último composto por clérigos, celebridades e lideranças. O componente estatal conforma a elite dirigente, dividindo-se essa no patriciado político tradicional, nas autocracias e nas antielites.

14 RIBEIRO, D. *O Dilema da América Latina: estruturas de poder e forças insurgentes*. Petrópolis: Vozes, 1983. p. 102.

15 RIBEIRO, D. *O Dilema da América Latina: estruturas de poder e forças insurgentes*. Petrópolis: Vozes, 1983. p. 125.

Os primeiros caracterizam-se por um liberalismo que assegura os privilégios das classes dominantes e seus líderes costumam ser geralmente recrutados por cooptação entre as famílias tradicionais. “Dominado por estas eminências políticas e suas clientelas, o Estado cumpre suas funções como uma imensa agência de favores, ampliável à medida que a administração se expande, multiplicando órgãos e serviços e penetrando na esfera produtiva. [...] Esse sistema de corrupção generalizada é regido tranquilamente enquanto se mantém dentro de certas exigências de compostura da elástica ética patricial”.¹⁶ Esse patriciado tradicional manteve-se estável até a crise de 1929, tendo institucionalizado no decorrer do século XIX e início do XX as repúblicas-fazendeiras que tinham no voto a legitimação do sistema.

As autocracias costumam chegar ao poder por golpes ou revoluções — geralmente sendo alvo de uma cautelosa oposição pelo patriciado tradicional — e caracterizam-se pela natureza personalista do poder, a tendência centralizadora do governo e um viés despótico e paternalístico, que utilizam da estrutura estatal para atingir seus objetivos sejam estes mais caudilhescos e repressivos (Rosas ou Porfirio Díaz), sejam nacional-sindicalistas (Vargas ou Perón). Aqui, cabem ser mencionadas as ditaduras regressivas que se desenvolvem a partir da tomada de consciência popular da incapacidade de superação da dependência em contextos de modernização reflexa e organizam governos de coalizão entre forças retrógradas nativas e estrangeiras, reforçando a situação de vassalagem internacional.

Por fim, as antielites podem ser divididas em populistas, reformistas e regimes nacionalistas-modernizantes. Trata-se de neopatricios que se desenvolvem diante da crise das estruturas tradicionais de poder, utilizando-se de uma linguagem radicalizada para trazer à ação política novas camadas sociais, entretanto, uma vez no poder, têm possibilidades muito limitadas de atenderem às demandas geradas, sobretudo os populistas e reformistas. Os populistas costumam empregar uma retórica demagógica, rompendo com os costumes políticos tradicionais marcados pela polidez e apresentando-se como autênticos renovadores, enquanto, no poder, estão tutelados por grupos militares e patronais que dificultam a realização das promessas assumidas. Suas organizações políticas costumam se articular numa adoração pessoal ao líder e este costuma assumir um papel carismático ou paternalista. Os reformistas costumam estar assentados em organizações populares e adotam, por isso, um discurso nacionalista e em torno de reformas de base, mas, no governo, os compromissos com os interesses tradicionais tendem a criar ambientes de perda da sustentação popular. Finalmente, os regimes nacionalistas-modernizantes só se estruturaram entre os Povos-Testemunho,

¹⁶ RIBEIRO, D. *O Dilema da América Latina: estruturas de poder e forças insurgentes*. Petrópolis: Vozes, 1983. p. 143.

sendo seus casos exemplares o México de Cárdenas, a Bolívia de 1952 e o Peru de Alvarado. Valem-se da mobilização de sociedades arcaizadas, a proscrição das elites tradicionais por levantamentos (geralmente militares com sustentação popular) e, embora ponham em marcha projetos marcadamente anti-imperialistas com reformas agrárias profundas e nacionalizações, não conseguem romper com a conscrição patricial-burocrática, o que limita suas possibilidades e, no melhor dos casos, implantam regimes híbridos capitalistas-nacionalistas.

Os regimes socialistas figuram, então, como os únicos capazes de estabelecer uma nova ordenação socioeconômica, surgidos de insurreições populares e, portanto, sem as tradicionais vinculações com os setores do patronato (contra quem as antielites tentam se impor).

A última parte do livro, “As forças insurgentes”, discute a luta pelo socialismo no continente. Inicialmente, Ribeiro apresenta como protagonistas a nova esquerda, os comunistas ortodoxos e heréticos e os grupos insurrecionais. A nova esquerda, “expressão mais elevada do amadurecimento da consciência crítica na América Latina”,¹⁷ seria composta por grupos intelectualizados de setores intermediários com um esforço desalienador e proselitista, em torno do desenvolvimento de uma nova consciência, integrada por líderes religiosos, especialistas e acadêmicos, técnicos progressistas e — seu componente mais radical — jovens iracundos geralmente vinculados ao movimento estudantil. Ao mesmo tempo em que se negam a compactuar com o sistema, rejeitam participar do ativismo partidista a fim de exercer seu combate mais eficazmente, buscando “uma teoria crítica, fundada na realidade latino-americana, mais realista no diagnóstico, mais convincente na denúncia e mais eficaz como diretriz de ação”.¹⁸ Os comunistas, por sua vez, estão munidos de uma poderosa teoria política, o marxismo, embora ainda não tenham obtido sucesso na estruturação de uma estratégia revolucionária. A maior parte de seus quadros dirigentes tem uma origem intelectualizada de classe média e seus militantes de base são recrutados nos setores assalariados mais favorecidos, além de os partidos manterem-se numa luta legalista em torno da “coexistência pacífica”, subordinados então às orientações soviéticas, e à espera de uma “conjuntura mais favorável”. Para Darcy, “a debilidade teórica própria e a subordinação a diretrizes externas incapacitaram os comunistas latino-americanos para definir uma linha de ação revolucionária para si mesmos e para toda a esquerda”,¹⁹ razão

17 RIBEIRO, D. *O Dilema da América Latina: estruturas de poder e forças insurgentes*. Petrópolis: Vozes, 1983. p. 190.

18 RIBEIRO, D. *O Dilema da América Latina: estruturas de poder e forças insurgentes*. Petrópolis: Vozes, 1983. p. 192.

19 RIBEIRO, D. *O Dilema da América Latina: estruturas de poder e forças insurgentes*. Petrópolis: Vozes, 1983. p. 204.

pela qual se limitavam, num contexto de Guerra Fria, a reiterar palavras de ordem internacionais, sem formular uma linha política realmente revolucionária, adaptada às condições locais. Por fim, os grupos insurrecionais são compostos por antigos integrantes da nova esquerda e dos partidos comunistas que se radicalizaram, além de militares proscritos, conformando os combatentes guerrilheiros e movimentos clandestinos. Naquele momento, “embora os grupos virtualmente insurrecionais sejam uma pequena minoria no conjunto das esquerdas latino-americanas, são seu núcleo dinâmico”.²⁰ O problema dessas formações foi o voluntarismo e a crença de poder reproduzir a experiência cubana em outras realidades sem a mesma capacidade organizativa ou a rede de apoio urbano com que contou aquela Revolução, tampouco sua leitura teórica da realidade nacional.

Haveria a necessidade, portanto, de reestruturar os movimentos de esquerda para montar organizações revolucionárias conscientes e com a capacidade de disputar o poder, a não-subordinação a qualquer grupo estrangeiro e a necessidade de reavaliação das tarefas teóricas.

As revoluções sociais são decorrentes de uma conscientização sobre a situação de miséria causada por transformações profundas operadas nos meios de produção, as quais são percebidas como crises e alteram as condições sociais. Trata-se de um embate entre duas classes antagonicamente opostas: de um lado, os oprimidos com possibilidades de ação insurgente ativadas pelas vanguardas revolucionárias e, de outro, as classes dominantes que recorrerão a todos os meios para manterem seus privilégios.

Ribeiro sugere que se abandone a postura de considerar os marginalizados como “lumpenproletariado”. Antes, essas camadas já protagonizaram importantes lutas sociais que, todavia, não tiveram a capacidade de reordenar a sociedade, mas, de qualquer forma, demonstraram uma capacidade de conciliação com a ordem vigente. Agora, com o socialismo, as lideranças revolucionárias deveriam despertar e mobilizar esses setores da sociedade, os quais têm que se emancipar de sua luta imediata pela sobrevivência cotidiana que os atrela ao paternalismo assistencialista.

Na América Latina, houve historicamente três formas de insurreição popular: a luta espontânea e ações políticas tumultuosas — amotinações geralmente sufocadas por violentas repressões nas quais inexistia uma vanguarda revolucionária para orientá-las para a tomada do poder; convulsões sociais generalizadas de multidões que irrompiam em manifestações políticas tumultuárias provocadas por acontecimentos dramáticos ou pela incitação política de líderes que canalizavam a rebeldia; e levantes políticos

20 RIBEIRO, D. *O Dilema da América Latina: estruturas de poder e forças insurgentes*. Petrópolis: Vozes, 1983. p. 211.

caracteristicamente revolucionários com o objetivo de instalar governos de poder nacional-popular.

Ribeiro conclui que, diante do dilema da América Latina, o embate com os Estados Unidos seria inevitável, mas a possibilidade de um novo Vietnã latino-americano seria bem mais dramática, porque ocorreria num hemisfério supostamente sob seu domínio e ativaria a resistência de classes oprimidas dentro da própria potência. O autor preconiza um retorno aos tempos bolivarianos, levando em consideração que a luta contra o subdesenvolvimento local nas Américas pobres terá inevitavelmente consequências para as Américas ricas. Em outras palavras, a vitória popular na luta contra o atraso aqui estilhaçaria a dialética da opressão.

América Latina: a Pátria Grande

O livro *América Latina: a pátria grande*, publicado em 1986, reúne cinco ensaios escritos entre a segunda metade da década de 1970 e o início dos anos 1980. Os textos não serão trabalhados em detalhe, mas serão enfatizados elementos mais gerais e pontos que se afastem das reflexões contidas nos estudos sobre antropologia da civilização.

O primeiro texto, “A América Latina existe?”, apresenta uma abordagem do subcontinente como identidade. Ribeiro enfatiza que, apesar da unidade física geográfica, os países não conformaram uma estrutura sociopolítica unificada, já que, desde o período colonial, foram organizados como implantações que se relacionavam diretamente com suas metrópoles ibéricas. Pontua-se, em seguida, a diversidade de etnias existente no continente e a tendência geral a uma homogeneização via miscigenação, mas atenta ao elemento discriminatório, que conduz a uma estratificação social de aparência racial, sobretudo contra os superexplorados negros e indígenas. Destaca-se então a “latino-americanidade” como uma identidade macro-étnica essencial à qual só falta uma unificação política, tal como preconizado por Bolívar ou Martí. As características distintivas locais podem ser encontradas no processo de formação desses povos, marcado por uma intencionalidade (projeto institucionalizado), prosperidade e violência. Ao lado da conscientização de classe contra classes dominantes nativas que ainda hoje continuam a reger os países como estratos gerenciais de interesses exógenos, Ribeiro postula:

Para essa população, o desafio colocado ao longo dos séculos foi o de amadurecer como um povo para si, consciente de seus interesses, aspirante à coparticipação no comando de seu próprio destino. Dada a oposição classista, tratava-se de conquistar essas metas através

da luta contra a classe dominante gerencial da velha ordenação social. Ainda hoje esse é o desafio principal com que nos defrontamos todos nós latino-americanos.²¹

É curiosa a desnacionalização operada em relação às classes dominantes locais, já que o desafio de se contrapor a essa ordem, amadurecendo como “povo para si”, é defrontado por *todos* os latino-americanos.

O texto “Tipologia política latino-americana”, escrito cinco anos depois d’*O dilema da América Latina* reitera, de maneira geral, os grupos sociais já apresentados naquele texto com o objetivo expresso de servir como instrumento de ação política. Ribeiro considera que a confusão existente nas categorias políticas tradicionalmente empregadas para o entendimento da realidade latino-americana se deva à velha alienação colonial, que tenta aplicar conceitos estrangeiros (europeus) sem um exame mais preciso das condições locais que permita uma explicação com termos próprios. Os regimes locais acabam sendo apresentados como precários e espúrios e as condutas políticas se limitam a uma cópia de outras experiências. O autor salienta que tal revisão crítica da terminologia é fundamental para a esquerda continental, “cuja indigência teórica só nos tem feito experimentar fracassos”.²² Avalia que a esquerda aqui ficou despojada das estratégias revolucionárias em que mais confiava (com exceção de Cuba) e é necessário traçar novas linhas com lucidez. Ironicamente, discute que a razão do sucesso da revolução cubana foi a “ignorância” de seus principais líderes em relação ao caminho de “revolução nacional e democrática” defendido pelos comunistas ortodoxos frente-unionistas. A experiência cubana, entretanto, foi reduzida numa determinada narrativa a uma mera operação guerrilheira, dando espaço a estratégias voluntaristas. O fracasso do socialismo evolutivo da “via chilena” foi a pá de cal para a esquerda local, embora o governo Allende tivesse chances concretas de vitória e teria se consolidado plenamente se permanecesse por dois anos mais. As frustrações políticas e confusões teóricas levavam então a um cenário de completa desorientação na esquerda que Darcy se esforçaria para discutir a fim de buscar caminhos concretos para a revolução social. Depois de apresentar a tipologia já abordada acima, o autor conclui que as espantosas estabilidade e continuidade da velha classe dominante no poder só revelam sua impotência para uma revolução burguesa ao mesmo tempo em que revelam a debilidade das classes oprimidas para atuarem como força revolucionária. Essa dupla incapacidade é a razão da impossibilidade da instituição de estruturas democráticas de

21 RIBEIRO, D. *América Latina: a Pátria Grande*. Brasília: Editora UnB, 2012. (Coleção Biblioteca Básica Brasileira, vol. 1). p. 12-13.

22 RIBEIRO, D. *América Latina: a Pátria Grande*. Brasília: Editora UnB, 2012. (Coleção Biblioteca Básica Brasileira, vol. 1). p. 19.

poder no continente e, por isso, esse encontra-se historicamente paralisado com uma existência política conturbada e uma crise crônica entre golpes de direita e tentativas frustradas de insurreição. As forças revolucionárias devem exaurir as potencialidades de ação concretamente transformadoras no contexto em que atuam e, nos anos 1980, estaríamos “condenados à democracia”.

O texto “A nação latino-americana” está mais voltado a retratar a situação dos povos indígenas do continente desde a conquista europeia. De um lado, a cristianização, que queria implantar aqui, em nome da Santa Fé, o que, na visão do autor, já existia — uma sociedade solidária de homens livres — e, de outro lado, a colonização que operou uma depopulação violenta por meio de guerras de extermínio, epidemias e trabalho escravo. Ribeiro classifica os indígenas em duas categorias, as microetnias, que se agarraram a suas identidades e conseguiram sobreviver, e as macroetnias, que persistiram como grandes blocos humanos herdeiras das grandes civilizações de regadio do passado. O autor defende haver uma tendência para rebeldias cada vez maiores ao menos que os estados nacionais unitários se transfigurem em estados plurinacionais. Por fim, retoma a crítica à superexploração típica das estruturas desigualitárias da região e conclui comentando que a grande riqueza extraída no período colonial deixou duas contribuições: a arquitetura suntuosa (igrejas, fortalezas, palácios, etc) ainda hoje existente em diversos países latino-americanos, motivo de orgulho, e um povo mestiço, muito menos apreciado.

Em “Civilização e desenvolvimento”, Ribeiro retoma a ideia de identidade latino-americana do primeiro ensaio e esboça algumas perspectivas que ficariam mais completas n’*O povo brasileiro*, como a ideia de que a alegria de viver seria uma herança da população negra ou a predisposição à vida solidária como uma herança indígena. Ribeiro, em algumas passagens, ao caracterizar a América Latina, parece estar muito mais debatendo o Brasil, como no momento em que, ao mencionar a escravidão, pontua “afinal, fomos os últimos países do mundo a abolir o escravismo”,²³ sem qualquer menção, por exemplo, à Revolução Haitiana ou ao fato de que o Chile, a Bolívia e o México aboliram-na antes mesmo do próprio Reino Unido. O texto traz as habituais críticas do autor ao latifúndio e ao violento processo de saque do continente para enriquecimento europeu e, na sequência, desenvolve um interessante histórico das teorias do atraso propostas pela pseudointelectualidade a serviço do patronato local. Ribeiro conclui essa parte atribuindo à classe dominante latino-americana e ao seu projeto de montagem de economias dependentes, que só servissem ao enriquecimento pessoal de poucos, as causas do atraso. Discute que o racismo, a ideia de uma

23 RIBEIRO, D. *América Latina: a Pátria Grande*. Brasília: Editora UnB, 2012. (Coleção Biblioteca Básica Brasileira, vol. 1). p. 66.

superioridade ocidental-europeia e a concepção da cristandade como modelo de bondade humanística seriam contrabandos eurocêntricos para um patrimônio cultural local típico da consciência alienada. Conclui que o subcontinente tem sido impedido de “dar certo” pelas nações ricas, mas tem uma tarefa futura a desempenhar de humanização da civilização:

Uma amostra do que poderia vir a ser amanhã uma América Latina estruturada para si mesma em democracia e liberdade, como queria Salvador Allende, hoje só nos dá Cuba. Apesar do cerco e do boicote ianque, lá todos comem todo dia, toda criança tem escola, completa o primário e muitas vão adiante.²⁴

Por fim, “A civilização emergente” reúne reflexões já trabalhadas pelo autor nos seus estudos sobre antropologia da civilização para pontuar o declínio europeu e do Estado unitário burguês e destacar o alçamento do mundo extraeuropeu e de minorias étnicas — os Povos Emergentes. Aborda então os movimentos sociais que estavam protagonizando verdadeiras revoluções culturais nos anos 1980, momento da publicação do ensaio, como o movimento verde, diante do caráter catastrófico do sistema produtivo capitalista; o feminista, retrato de uma nova mulher que ingressou no trabalho remunerado e desejosa da libertação de corpos; e o pacifista, ainda débil, mas ciente da capacidade de destruição bélica no contexto de então. Conclui que o capitalismo está conduzindo cada vez mais a humanidade à fome e denuncia o poder político-econômico das multinacionais, evidenciado na América Latina em sua capacidade de estabelecer, mancomunadas com as velhas classes dominantes locais, ditaduras regressivas e repressivas. A civilização capitalista está obsoleta e o seu projeto é a fome e a estupidificação.

Conclusão

Darcy Ribeiro foi inegavelmente um dos intelectuais brasileiros mais ativos do século XX. Seu socialismo autodeclarado “trabalhista” esteve presente em grande parte de sua obra, bem como em sua atuação política. Nesse trabalho, voltado a compreender a América Latina no decorrer de seus textos sociológicos, constatou-se uma crítica constante à dependência econômica, à violência colonial e ao papel das nações ricas, particularmente os Estados Unidos, na manutenção da miséria das Américas Pobres ainda hoje.

24 RIBEIRO, D. *América Latina: a Pátria Grande*. Brasília: Editora UnB, 2012. (Coleção Biblioteca Básica Brasileira, vol. 1). p. 85.

A professora Adelia Maria Miglievich Ribeiro percebe, na obra antropológica do autor, indícios de uma preocupação de redefinição do “universal” e uma concepção de modernidade plural, hoje muito presentes na crítica pós-colonial (ainda que Darcy mesmo não se filie a essa corrente epistemológica).²⁵ O materialismo histórico que dá a unidade a sua formulação teórica permite que se marque a pluralidade, interdependência e simultaneidade dos processos de constituição das sociedades humanas, questionando as hierarquizações impostas pelo colonizador. Sua pretensão declarada era reescrever a teoria da história com uma profunda preocupação com a autodeterminação dos povos e enfatizando a incorporação autônoma das contribuições dos diversos povos nos fluxos históricos da humanidade. Para a autora, ele propunha essa nova interpretação ciente de sua condição subalterna na geopolítica do conhecimento e sempre destacando essa tensão.

Há inegavelmente pontos contestáveis na obra de Darcy. Além de uma perspectiva eurocêntrica e projetiva, já apontada ao longo da exposição, os conceitos utilizados pelo autor em seus estudos de antropologia da civilização pecam, por vezes, por partirem de uma realidade em particular e defini-la como característica geral de todas as sociedades abarcadas pela categoria em questão. Por exemplo, ao definir “Povos Transplantados”, embora mencione que seja uma categoria que reúna Canadá, EUA, Argentina, Uruguai, Israel, União Sul-Africana e Rodésia, a descrição da configuração histórico-cultural remete, muitas vezes, à História dos EUA em particular, não extensível a outras realidades. Ele menciona “o caráter mais igualitário de suas sociedades, fundadas em instituições democráticas de autogoverno”, o que definitivamente não se aplica ao apartheid da África do Sul ou de Israel, tampouco às ditaduras argentina ou uruguaia. Há também algumas contradições: quando, por exemplo, calcula a extensão do genocídio de indígenas no Brasil e recorre a um fator de 25 para um (25 mortos para um vivo), chegando a afirmar que teriam existido de seis a cinco milhões de indígenas no século XVI, justifica essa quantia a partir da experiência asteca no México. Entretanto, n’*As Américas e a civilização*, o mesmo autor repara que a mortandade entre os Povos-Testemunho teria sido muito maior, porque teriam edificado Impérios Teocráticos de Regadio com menor possibilidade de fuga, enquanto os indígenas encontrados na costa brasileira ou no Caribe encontravam-se em outra etapa em seu “processo civilizatório”.

De qualquer forma, o próprio autor reconhecia que, numa obra daquela envergadura, seria mais apropriado que se envolvesse toda uma equipe com cientistas de

25 RIBEIRO, A. M. M. “Darcy Ribeiro e o pensamento crítico latino-americano: diálogos com a epistemologia pós-colonial”. *SINAIS — Revista Eletrônica - Ciências Sociais*. Vitória: CCHN, UFES, v.1, n. 9, p. 12-31, jun. 2011.

variadas especialidades. Ao mesmo tempo, apontava também a urgência dessa escrita diante das graves crises sociais vividas — seus estudos de antropologia da civilização fizeram, de início, parte de um esforço teórico de militância contra a ditadura regressiva imposta pelo golpe de 1964 — e pontuava o seu não-contentamento com os prismas isolados das disciplinas de ciências sociais, voltadas, muitas vezes, a temas irrelevantes.

Tendo sido postas essas ressalvas, é muito importante resgatar o trabalho teórico de Darcy Ribeiro, um autor deliberadamente não-acadêmico que buscou reunir com seriedade as reflexões mais importantes no debate brasileiro do século XX, como Gilberto Freyre, Manuel Bomfim, Celso Furtado e Florestan Fernandes. Além do mais, foi um dos mais latino-americanistas, trazendo em sua obra Bolívar, Vasconcelos, Angél Rama, Mariátegui e Zea. Embora em diálogo constante com todos esses autores e outros mais, preservava uma perspectiva independente e sempre crítica com o objetivo concreto de aportar contribuições teóricas originais às ciências sociais em âmbito global. Suas reflexões a respeito da América Latina vaticinavam um porvir que só poderia se realizar como uma aceleração evolutiva se adotasse concretamente o caminho do socialismo enveredado pela sempre reivindicada experiência cubana. Ele acertou em muitos de seus prognósticos, como o da emergência dos povos indígenas e a necessidade de construção de Estados plurinacionais, um marco no novo constitucionalismo latino-americano.

Darcy Ribeiro rejeitava profundamente a colonização mental e material imposta pelo imperialismo e, se podem ser constatados problemas em sua obra, eles vêm da coragem de se fazer ciências sociais, sob um prisma marxista, sobre objetos teóricos extremamente extensos em países marcados por uma tradição de perseguição político-ideológica e censura de livros. É um autor que precisa ser muito mais debatido academicamente e suas contribuições devem ser retomadas, principalmente suas críticas à compartimentalização do conhecimento e sua perspectiva socialista militante comprometida a que, enfim, a América Latina dê certo.